

Vereadores aprovam por maioria Projeto de Lei do Poder Executivo

A 68ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada nesta quarta-feira (4), de forma remota, e presidida por Marinaldo Cardoso (Republicanos), contou com a presença de 21 vereadores, que aprovaram por maioria, em segunda votação, Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo. Também acompanharam a Tribuna Livre solicitada pelo Senhor Edvan Lucas de Melo, representante da “Ocupação Pró-Moradia Luiz Gomes”, para apresentação de pauta sobre moradia.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

PEQUENO EXPEDIENTE

O vereador Olímpio Oliveira (PSL) abriu o pequeno expediente

falando do trabalho que vem desenvolvendo no seu mandato e cobrando da CASA a apresentação dos seus projetos que foram protocolados.

Ele destacou o Projeto que sugere mudanças no Código de Postura, a respeito do cuidado com os animais domésticos. Citou que 100 protetores autônomos estão com dívidas por conta da compra de remédios e ração para os pets que são recolhidos das ruas da cidade.

Rostand Paraíba (PP) fez um relato da visita do prefeito Bruno Cunha Lima a Zona Leste da cidade, para ouvir os pleitos dos moradores. “Falamos de infraestrutura e despachei com o prefeito a respeito do Amadorismo na cidade”.

De acordo com o vereador, a Zona Leste vai ter uma Arena para o Futebol Amador com grama sintética. Parabenizou o prefeito por está visitando os bairros da cidade e ao secretário de Planejamento. Félix Neto, que está tratando das Arenas Municipais.

Janduy Ferreira (PSD) falou das suas ações como vereador e agradeceu a Ricardo Avelino, da CAGEPA, que atendeu a uma solicitação do serviço de desobstrução de esgoto na Rua Goiana. “Agora precisamos de uma iluminação de led para a rua”, frisou.

O vereador solicitou a STTP, um redutor de velocidade para a Rua Olinda e um semáforo para a Rua Jamila Abraão Jorge, Malvinas, e a cobertura do Canal da Jabuticabeira.

Waldeny Santana (DEM) lembrou mais uma vez que a sua pauta tem como prioridade emprego e oportunidade de trabalho. E mais uma vez apelou ao Governo do Estado um olhar para o Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo e que não aceita o abandono daquele espaço.

Fabiana Gomes (PSD) falou da visita que fez ao Conjunto do IPEP e conversou com os moradores que vivem um dilema, eles

não sabem se moram em Campina ou em Queimadas.

Ela também esteve na Rua Espírito Santo e na Rua Maria Gomes Carneiro, que liga o Jardim Paulistano ao Tambor, que necessita da construção de uma ponte. Os pleitos dos moradores vão ser encaminhados às Secretarias para que sejam atendidos.

Por conta da realização da Tribuna Livre, os vereadores Alexandre Pereira (PSD) e Jô Oliveira (PC do B) declinaram das suas inscrições para o Grande Expediente.

TRIBUNA LIVRE

O senhor Edvan Lucas de Melo, representante da 'Ocupação Pró-Moradia Luís Gomez' iniciou sua fala na Tribuna Livre tratando sobre o desemprego no município de Campina Grande, que vem se agravando com a pandemia da Covid-19, e que muitas famílias sem moradia ficaram sem condições de pagar aluguel.

Ele informou que a Ocupação Pró-Moradia recebeu o nome de Luiz Gomez, em homenagem a um dos moradores do local que faleceu de covid-19, inicialmente estava localizada num terreno da Avenida João Wallig e que atualmente está no Jardim Paulistano, em uma área que estava abandonada.

O Senhor Luiz Gomez, apresentou fotografias do local ocupado, "hoje é uma localização habitável com casas sendo construídas juntamente com o apoio popular". Também informou que anteriormente o local abrigava 85 famílias, mas atualmente conta com 180 famílias.

Além disso, destacou que as famílias recorreram à SEMAS e aos representantes sociais, com o intuito de conseguir ajuda para auxiliá-los a solucionar a problemática da ocupação. A Prefeitura promoveu uma reunião com as famílias, informando que no local existia risco para habitação, onde a população se mobilizou e reconstruiu o local tornando-o habitável.

Ressaltou que as famílias estão todas cadastradas na SEMAS e

acrescentou também que a comunidade, juntamente com a sociedade campinense, está realizando a construção de uma escola, com o apoio da Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba, futuramente servirá como Escola Técnica para crianças, jovens e adultos.

Por fim, solicitou a atuação dos vereadores em prol dessas famílias bem como solicitou a doação do terreno pela Prefeitura para estas famílias e agradeceu pela oportunidade de palestrar na Tribuna da Casa de Félix Araújo.

Jô Oliveira (PCdoB) – Informou que havia feito o registro da sua visita na ocupação, pautando a importância de tratar deste assunto dentro da Câmara Municipal de Campina Grande, ressaltando que o déficit de moradia é grande no município apesar dos programas habitacionais.

Pontuou que moradia é direito constitucional, direito humano, e considera importante que cada vereador possa somar esforços para realizar o atendimento destas demandas.

Destacou também que dialogou com os secretários do município, para a possibilidade de se realizar uma audiência com essas famílias com o objetivo de encontrar a solução desta problemática.

Alexandre do Sindicato (PSD) – Apenas para esclarecimento informou que ontem ouviu em um dos programas de rádio, que Campina Grande é uma das cidades do Nordeste que na gestão anterior quase conseguiu zerar o déficit habitacional, um trabalho importante do prefeito Romero Rodrigues, trazendo para a cidade o benefício de ter quatro mil unidades habitacionais no Complexo Habitacional Aluizio Campos, além das entregas dos duplex do bairro Pedregal.

Informou também que o prefeito Bruno Cunha Lima em breve estará anunciando temas relacionados às demandas habitacionais, porém frisou que é necessário haver a parceria com o Governo do Estado, e que Campina Grande não tem recebido

recursos para efetivar essas políticas.

O presidente Marinaldo Cardoso agradeceu a participação do palestrante, informando que a CASA está à disposição da sociedade para discutir e tentar resolver as demandas que aparecem diariamente.

VOTAÇÃO DO PROJETO DO EXECUTIVO

Leitura do Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo de nº10/2021 que dispõe sobre a destinação de recursos ordinários para subvencionar passagens aos usuários do sistema de transporte coletivo de Campina Grande, por intermédio da Prefeitura Municipal e autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Campina Grande.

– Parecer favorável pelo relator designado pelo presidente da CMCG, vereador Rubens Nascimento (DEM). O presidente Marinaldo Cardoso, numa forma de referendar o parecer, pediu o voto do presidente da Comissão de Justiça, Saulo Noronha (SD), que foi favorável ao parecer verbal.

Olímpio Oliveira (PSL) – Se coloca contra o projeto, uma vez que todo o processo ocorreu sem considerar algumas demandas formais, como manda o artigo 128 e 126 do regime interno. Também o preocupa o projeto ser aprovado sem o valor da subvenção. Rubens Nascimento (DEM) esclareceu que os valores estão no artigo 2º.

Anderson Almeida (PODE) – Votou contra o projeto, se colocando desfavorável primeiramente pela forma como o projeto foi tramitado na CASA, se acostando as palavras do vereador Olímpio Oliveira e também pela necessidade de se ter a informação a respeito do cumprimento do projeto já votado anteriormente, que autorizava a subvenção podendo alcançar o valor total de 1,5 milhão e meio, acrescentando que antes de realizar essa aprovação, é preciso analisar se o que foi destinado anteriormente seguiu todas as regras no seu

cumprimento.

Jô Oliveira (PCdoB) disse que na manhã de ontem foi aprovado os pedidos de informação, onde um diz respeito justamente às informações relativas a quem são os técnicos da STTP que compõe a comissão que estabelece o teto máximo para pagamentos de subvenção e o segundo diz respeito à quantidade de créditos e bônus que são utilizados e repassados a essas empresas.

Finalizou, ressaltando a importância de o projeto atender aos trabalhadores e trabalhadoras, mas destacou que no momento que não se sabe como as destinações estão sendo processadas, a vereadora fica com dúvida a quem está de fato sendo beneficiada.

Waldeny Santana (DEM) – Pontuou que, o que está sendo feito não está infringindo a lei ou normas regimentais, ressaltando que o dinheiro não está sendo dado para as empresas, mas que o repasse afeta diretamente e positivamente na vida dos trabalhadores.

Luciano Breno (PP) – Ressaltou que se existem questões que precisam ser regularizadas, todas deveriam ser regularizadas internamente, utilizando o tempo dos debates em sessões para efetivar os trabalhos para a população. Votou favorável ao projeto, uma vez que irá beneficiar a população de campina grande que mais necessita do transporte público.

Dona Fátima (PODE) – É contrária ao voto e acredita que é necessário estudar melhor.

Alexandre do Sindicato (PSD) – Como presidente da bancada da situação votou favorável ao projeto, “com a tranquilidade de estar realizando um trabalho correto e importante”.

Jô Oliveira (PCdoB) – Independente de quem seja o projeto, é da sua prerrogativa debater qualquer matéria, ressaltando a importância de utilizar os ônibus de Campina Grande e fiscalizar a qualidade e horário dos transportes.

Também disse que a conta não fecha, uma vez que a utilização dos transportes públicos não é feita por toda a população como diz o projeto.

Rubens Nascimento (DEM) – Fez uma ponderação em relação às datas e os valores do projeto, destacou também que o trâmite do projeto está sendo realizado em legalidade, e que o projeto está beneficiando diretamente o usuário, uma vez que com a falência das empresas, os próprios transportes como uber, não vão permanecer com os mesmos valores. Também esclareceu que os valores de 400 mil não estão se referindo a pessoas, mas a quantidade de passagens. Votou favorável, sobretudo nesse momento de recessão financeira, tendo em vista o impacto causado pela pandemia.

Alexandre do Sindicato (PSD) – “O que justifica a votação é também a diminuição da quantidade de passageiros, tendo como objetivo garantir a empregabilidade, além do acesso aos transportes públicos pela população”.

Anderson Almeida (PODE) – Anderson pontuou que o argumento real é para salvar as empresas, pontuando que é necessário fazer a análise de todas as regras do recurso público que foi destinado.

A Sessão Ordinária foi encerrada com a votação do projeto e aprovação pela Bancada da Situação, com 16 votos favoráveis e quatro votos contrários da Bancada da Oposição.

O presidente Marinaldo Cardoso em seguida abriu a Sessão Extraordinária para segunda votação, repetindo o mesmo resultado, aprovação por maioria, 16 votos favoráveis e quatro votos contrários.

O presidente encerrou os trabalhos fazendo um convite para a sessão desta quinta-feira (5), a partir das 9h30.

Acompanhe tudo que acontece no poder legislativo através do www.camaracg.pb.gov.br ou pelos novos canais no youtube e

facebook (camaracg oficial).

DIVICOM/CMCG